

# Ianomami ganha 9,4 milhões de hectares

A demarcação dos 9,4 milhões de hectares de terras da reserva indígena ianomami foi anunciada, ontem, pelo presidente Fernando Collor após a nona reunião setorial sobre Meio Ambiente e Índios, realizada no Palácio da Alvorada. O anúncio foi feito no melhor estilo norte-americano, nos jardins da residência oficial do Governo, diante de seis ministros — entre eles o ministro do Exército, Carlos Tinoco, contrário à demarcação de terras na área de fronteira — e secretários de governo.

Para anunciar a criação da reserva, Collor presidiu a reunião setorial vestindo um terno escuro e uma gravata com motivos ecológicos. Collor ressaltou o envolvimento de seu governo com a questão ecológica, elogiou o trabalho do ministro Jarbas Passarinho na tarefa de acabar com as divergências dentro do Governo sobre a questão da demarcação e classificou a decisão como cumprimento de um preceito constitucional e não uma escolha entre demarcação ou não da área.

A medida anunciada ontem põe fim a anos de divergências entre o Ministério de Exército e a Funai — ligada diretamente ao Ministério da Justiça — com relação à demarcação da reserva ianomami nos estados de Roraima e Amazonas. O argumento da segurança nacional em área de fronteira tem sido constantemente utilizado pelo Ministério do Exército para barrar a demarcação das terras.

Os trabalhos de demarcação definitiva da reserva ianomami estarão concluídos dentro do prazo estabelecido no artigo 67 da Constituição, até 5 de outubro de 1993. "Não existe, portanto, uma escolha entre demarcar ou não demarcar essas terras: existe sim a obrigação constitucional de fazê-lo", afirmou o Presidente em seu discurso.

A medida anunciada ontem é apenas o início de todo o processo de demarcação. A partir de agora a Funai está autorizada a iniciar a demarcação com base nos estudos geodésios já elaborados. Segundo o presidente da

Funai, todo o processo de estabelecimento e estabelecimento dos limites da reserva deverá custar ao Governo cerca de Cr\$ 3 bilhões.

No discurso em que anunciou o início do processo de demarcação das terras ianomamis Collor fez questão de afastar os indícios de divergências dentro do Governo. Depois de estudos e discussões prolongadas, disse o presidente, "chegamos a uma resolução que se apóia em sólido consenso no âmbito do Poder Executivo". Os ministros do Exército e da Educação, José Goldemberg, já haviam se posicionado contra a demarcação, com base no estudo feito pela Funai em 1984 que estabeleceu os 9,4 hectares de área da reserva. Goldemberg não estava presente ontem, na reunião do Palácio da Alvorada. A declaração do presidente de que a decisão sobre a demarcação partiu de um consenso dentro do Governo bastou para que ninguém quisesse comentar sobre as posições divergentes entre a Funai e o Ministério do Exército.

RAIMUNDO PACCO



Collor (C) destacou que demarcar terras indígenas é cumprir com determinações constitucionais